

# Memória e arquivos a partir do quadro de arranjo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos

*Mémoire et archives à partir du plan de classification du Mouvement pour la justice et les droits humains*

*Memory and archives from the classification plan of the Movement for Justice and Human Rights*

Roberta Pinto Medeiros<sup>1</sup> – Evelyn Goyannes Dill Orrico<sup>2</sup> – Eliezer Pires da Silva<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio Grande  
roberta.furg@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
orrico.evelyn@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro  
eliezerpires@gmail.com

---

## Resumo

Este estudo pretende compreender o conteúdo presente no quadro de arranjo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre que viabiliza, pelo acesso aos documentos, construir a memória e a identidade do Movimento. Como estratégia de metodologia foi utilizada a pesquisa exploratória, envolvendo o levantamento bibliográfico e documental. Concluiu-se que a trajetória do Movimento na luta pelos direitos humanos reflete, significativamente, na sua memória e identidade.

**Palavras-chave:** memória, identidade, arquivo, movimento de justiça e direitos humanos.

---

## Résumé

Cette étude prétend comprendre le contenu présent dans la classification de l'Arrangement du Mouvement de la justice et des droits humains de Porto Alegre qui rend possible, au travers de l'accès aux documents la construction de la mémoire et de l'identité du mouvement. La méthode s'appuie sur une recherche exploratoire incluant une recherche bibliographique et documentaire. Il est conclu que la trajectoire du Mouvement de lutte pour les droits humains se reflète significativement dans sa mémoire et son identité.

**Mots-clés :** mémoire, identité, archive, mouvement pour la justice et les droits humains

---

## Abstract

This study intends to understand the content present in the framework of the arrangement of the Movement for Justice and Human Rights of Porto Alegre that makes it possible, through access to documents, to build the memory and identity of the Movement. As a methodology strategy, exploratory research was used, involving bibliographical and documentary research. It was concluded that the Movement's trajectory in the struggle for human rights reflects, significantly, in its memory and identity.

**Keywords:** memory, identity, archive, movement for justice and human rights.

---

Para citar este artigo:

Medeiros, Roberta Pinto, Orrico, Evelyn Goyannes Dill, Silva, Eliezer Pires da (2018). « Memória e arquivos a partir do quadro de arranjo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos ». In Chaudiron S., Tardy C., Jacquemin B. (Eds.). *Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire. Actes du 4<sup>e</sup> colloque scientifique international du Réseau MUSSI. Mediação dos saberes: a memória no contexto da construção documental. Anais do 4<sup>o</sup> colóquio científico internacional da Rede MUSSI*, Villeneuve d'Ascq: Université de Lille, p. 163–173.

## 1 Introdução

Esta pesquisa objetiva compreender o processo de construção de memória e identidade por meio da trajetória do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre (MJDH). Para isso, recorreu-se ao quadro de arranjo<sup>1</sup> da instituição, o qual reflete o percurso da própria instituição. Partindo deste objeto de análise e buscando aprofundar a reflexão sobre a temática de memória, identidade e arquivo, tem-se como objetivo principal mostrar como um movimento social pode ser considerado um espaço de preservação do passado, tanto pela informação que carrega quanto pela atuação e repercussão que gera na sociedade em que atua.

Justifica-se este trabalho ao considerar a amplitude dos assuntos que contemplam o acervo do MJDH e a vasta gama de temas sociais que o abrange. Temas sociais que incluem promoção e intervenção aos direitos humanos, discriminação social (gênero, racismo, indígena, nazismo, entre outros), condições de trabalho, terrorismo de estado durante a ditadura (Cone Sul), processo de redemocratização, entre diversos outros temas que incluem direitos humanos e sociais. Percebe-se a importância do acervo do Movimento para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e, portanto, a relevância de qualificar esse conjunto documental presente no MJDH para que seja reconhecido como uma referência de construção de memórias e de identidade.

Para isso, a pesquisa se valeu de uma investigação do tipo exploratória com caráter qualitativo, a fim de compreender o processo de construção da memória e identidade, por intermédio do quadro de arranjo do MJDH.

Posto isso, esta pesquisa recorreu à Arquivologia para melhor entendimento da dinâmica do acervo estudado. A arquivologia é um campo de atuação interdisciplinar, logo pode atuar em diversas outras áreas afins, como a Ciência da Informação, a História, o Direito, etc. A Arquivologia trata e trabalha com a informação orgânica, tendo por objetivo se tornar evidência, ou seja, fator de prova de que algum evento ocorreu. Além disso, tem como objeto de trabalho o conhecimento dos arquivos e dos princípios e técnicas a serem aplicados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização.

Pode-se enfatizar que os arquivos, nas suas mais abrangentes áreas de atuação, podem e devem auxiliar o desenvolvimento de várias pesquisas nos diferentes campos de interesse. E pesquisas que têm como foco políticas de salvaguarda e preservação desses documentos, além de promoverem o acesso à informação, favorecem a preservação e a garantia da fidedignidade e a autenticidade das informações contidas no acervo.

Portanto, este estudo não tem como foco a discussão sobre movimentos sociais de um modo geral, mas sim uma reflexão sobre o MJDH como guardião do passado e do presente pelo acervo que preserva, tendo como base o quadro de arranjo da instituição. Não se tem a ilusão de reviver o passado no intuito de esquecer o presente, mas sim, de certa forma, lembrar o passado a ponto de evitar seu silenciamento e esquecimento. Entende-se, então, que o MJDH é um exemplo de resistência daqueles acontecimentos (repressão, censura, prisões ilegais, desaparecimentos e torturas) que ocorreram no passado e que, em alguns casos, ainda acontecem nos dias atuais. Pretende-se, a partir desta pesquisa, colocar em destaque a trajetória do MJDH e o que ele representa como memória e identidade na sociedade, com o intuito de fortalecer o seu papel e quiçá ajudá-lo a fortalecer o seu trabalho atual.

Este estudo está estruturado da seguinte maneira: a seguir a esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica, que traz os principais temas que envolvem o objetivo da pesquisa; um breve histórico do MJDH sobre sua fundação e sua relação com o tema arquivo – a fim de contextualizar o objeto de estudo; a análise e os resultados da pesquisa para, por fim, apresentar as considerações finais.

---

<sup>1</sup>“Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo (1), a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes (2)” (Arquivo Nacional, 2005, 141).

## **2 Movimentos sociais e seus acervos como espaços de memória e testemunho**

Discute-se nesta seção os seguintes temas: movimentos sociais, de forma panorâmica, tendo em vista que o objeto de estudo é um movimento social; memória e identidade, temas centrais desta pesquisa; e os arquivos como um espaço de memória e testemunho.

Os movimentos sociais tiveram seu auge de atuação no Brasil durante a década de 1980, quando a construção de “representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas” (Gohn, 2015, 15) se tornaram evidentes. Portanto, entende-se que os movimentos sociais são resultados de uma ideologia coletiva de agrupamentos sociais, ou seja, nascem de uma necessidade social, como a busca de igualdade na efetividade de um direito civil ou social, ou como no reconhecimento de uma política. Os movimentos sociais buscam mudanças na sociedade por meio de ações sociais, como o movimento dos sem terra.

A partir do cenário político que a sociedade vivia durante o período militar no Brasil e somando-se à repressão, principalmente, da falta de democracia e da censura, certos agrupamentos sociais perceberam a necessidade de criação de instituições que amparassem os excluídos em relação aos seus direitos, já que o Estado se encontrava ausente naquele momento. Então, foram criados diversos movimentos sociais e outras entidades com o objetivo de auxiliar as pessoas na busca da verdade e em prol dos direitos humanos, e algumas vezes esses locais atuavam de forma clandestina tendo em vista a situação política em que se encontrava o País.

É fato que os movimentos sociais contribuíram para a conquista de vários direitos sociais (Gohn, 2015) ao longo dos anos. Da mesma forma não seria diferente com o MJDH. Embora só tendo sido criado em 1979, o embrião do que viria a se constituir na década de 1960, já se preocupava em auxiliar pessoas perseguidas, não apenas pelos militares brasileiros, mas também pelos regimes autoritários dos países latino-americanos, que viriam a se instalar na América Latina depois do regime iniciado no Brasil. E mesmo com o fim do regime militar brasileiro ainda hoje continua a defender as minorias sociais e políticas.

Além disso é uma instituição onde se encontra um vasto acervo contendo documentos (dossiês, processos, fotografias, fitas VHS, entre outros) que possuem informações de conteúdos sociais e políticos, sendo que esses documentos também possuem o caráter de testemunho de fatos passados. Esse conjunto documental se configura numa representação de uma instituição guardiã de uma memória passada e presente, e que tem muito a contribuir para o presente e o futuro. De certa maneira, essa representação não deixa de construir uma identidade, individual ou coletiva (grupo), conforme afirma Pollak (1992) quando diz que:

“A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo” (Pollak, 1992, 204).

Segundo o mesmo autor, a memória pode ser caracterizada conforme alguns critérios – primeiro os acontecimentos vividos pessoalmente e em segundo os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer (Pollak, 1992) – isso demonstra que a memória é um fenômeno construído e passível de ser construído, logo, a identidade também pode ser construída, já que é baseada na memória.

Já o texto da autora Schindel (2009), defende a ideia de que a memória pode ser caracterizada em lugares, como os lugares de memória de Nora. Schindel afirma que há três tipos de lugares de memória a partir das ditaduras nas sociedades latino-americanas e que cada um deles interage entre si: a) locais de testemunho; b) monumentos, museus e memoriais; e, c) estratégias locais e performances como delimitadores de espaço de memória. Esses lugares de memória têm como

objetivo principal fazer com que o passado não seja esquecido, neste caso, lembrar que o regime militar ocorrido na América Latina foi extenso e, muitas vezes, perverso. Para esta pesquisa o MJDH é considerado um espaço de memória, pelo atuante papel de caráter de testemunho desse passado.

Já que constantemente precisamos narrar a história de determinados períodos para que não nos esqueçamos que aqueles fatos ocorreram, é por isso que precisamos guardar e preservar o passado para que ele não caia no esquecimento. Ou seja, usa-se da trilogia separar, guardar e preservar. Mas além disso, essa constante vontade em guardar e preservar pode levar, também, ao excesso de memória, colocando em risco o que deveria ser preservado.

Hoje, esses espaços de memória são, talvez, os únicos mecanismos e lugares de registro, testemunho e memória, pois muitos dos documentos desse período não existem mais em órgãos governamentais ou privados, por negligência ou interesse do Estado, como aponta o texto de Schindel.

“Os atores sociais que assumiram a construção de uma memória coletiva adotaram estratégias variadas e o fizeram em várias frentes, que incluem a busca pela verdade - e os restos mortais das vítimas no caso dos ‘desaparecidos’ -, tentativas de levar à justiça os responsáveis pelos crimes, a criação de espaços de atendimento e contenção de vítimas e os esforços para ampliar a consciência social sobre o tema” (Schindel, 2009, 66, tradução nossa).

Daí a importância que esses espaços de memória têm na sociedade atual, pois refletem o ambiente em que foram contextualizados, permitindo reparação judicial, conhecimento sobre parentes desaparecidos, entre outros conforme afirma a autora Jelin:

“As informações que podem existir neles (arquivos) ou que podem ser encontradas são importantes para muitas pessoas: afetadas que procuram documentos que servem como evidência legal; afetadas que querem algum tipo de reparo e precisam de documentos para provar seu sofrimento; afetadas que buscam informações para poder conhecer o destino final de parentes, amigos ou amigos; afetadas que querem estabelecer a legitimidade de sua voz, mesmo quando não há benefício econômico ou instrumental imediato” (Jelin, 2002, 08, tradução nossa).

Portanto, compreende-se a importância que essas instituições possuem como valor informacional, testemunhal, cultural e social, pois são guardiãs de documentos que relatam uma parcela da história do Brasil, dessa forma, o passado pode ser construído e interpretado, evitando-se assim o esquecimento desse período, conforme afirmam os autores Viola e Pires:

“As dificuldades para romper a herança histórica da dominação e do preconceito vinculam-se às dificuldades de romper o silêncio imposto ao passado, impedindo que a sociedade supere seus medos e desvende sua memória. O esquecimento do período ditatorial inclui-se nesse modelo de dominação, na medida em que pretende manter apagada toda a informação anteriormente censurada. O ato de apagar a memória está vinculado ao esquecimento, a confusão de vestígios e ao encobrimento da verdade” (Viola e Pires, 2013, 336).

Além disso, esses dois temas (ditadura civil militar na América Latina e direitos humanos) são atuais e são debatidos constantemente na (e pela) sociedade, pois a relevância dos temas movimentos sociais, direitos humanos, memória e identidade estão cada vez mais pertinentes, principalmente após a redemocratização do país, quando os movimentos sociais tiveram relevante papel na condução desse processo. Já os temas sobre direitos humanos, memória e identidade, até hoje frequentam a agenda pública em campanhas amplamente divulgadas nas redes sociais. Ainda, esses espaços de memória podem ser caracterizados como memórias vivas e testemunhos daqueles fatos que ocorreram no passado, pois impedem que “a memória traumática, se torne um exercício vazio, que se

alimento de si mesmo, de forma parasitária e estreita” (Huyssen, 2014, 196), caindo no esquecimento da sociedade.

E para auxiliar ainda mais nessa recuperação do passado, compete à Arquivologia, como ciência interdisciplinar, cooperar no que compete ao acesso à informação presente no acervo do MJDH. Sendo assim, a arquivística tem por objetivo gerir o conjunto das informações produzidas por um organismo ou por uma pessoa no âmbito das atividades ligadas à missão, ao mandato e ao funcionamento do organismo ou da referida pessoa. Todas as intervenções do arquivista devem ocorrer levando em consideração o princípio da proveniência – diz respeito que fundos (acervos) diferentes não devem ser misturados – e do reconhecimento do fundo de arquivo como unidade central das operações arquivísticas.

Em 2009 a instituição iniciou seu processo de organização do acervo de acordo com normas e princípios arquivísticos. Essa organização contribuiu de forma significativa em todo o acervo do MJDH, criando-se o fundo Movimento de Justiça e Direitos Humanos. A organicidade é um dos pontos essenciais para o entendimento das atividades e funções que uma instituição pública ou privada, ou que uma pessoa possui e, é a partir desse entendimento que se pode realizar a construção de instrumentos de gestão, como o Plano de Classificação de Documentos, a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos ou o Quadro de Arranjo, conforme elucida a autora Bellotto:

“[...] os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades. (...) esta definição toca no ponto essencial da especificidade dos documentos de arquivo: sua organicidade. A relação entre a individualidade do documento e o conjunto no qual ele se situa geneticamente é precisamente a base da noção de fundo de arquivo” (Bellotto, 2006, 253).

A relação orgânica dos documentos (produção, uso, destinação, trâmite) forma um conjunto documental que é um fundo de arquivo, ou seja, “conjunto de documentos de uma mesma proveniência” (Arquivo Nacional, 2005, 97). Nesse sentido, compreende-se que o MJDH se enquadra na definição de fundo de arquivo a partir do momento que é custodiador de um conjunto de documentos que possuem relação entre si, ou seja, possuem uma relação orgânica. E ainda, segundo Catela (2002, 20, tradução nossa), “a constituição de arquivos (pessoais, comunais, secretos, públicos, culturais) é uma das práticas que, nas sociedades modernas, indivíduos e grupos desenvolvem para codificar seu passado, criar classificações, inventar tradições, montar identidades”. A mesma autora enfatiza que é no arquivo que “[...] se *abrigam* a história e a memória social, cultural e política, transformando os arquivos em lugares que funcionam como fontes de memória social, independentemente de pertencerem a espaços privados ou serem apropriados pela lógica de uma *memória oficial*” (Catela, 2002, 20, grifos da autora, tradução nossa).

O MJDH é um espaço de memória coletiva onde se acumulam diversas fontes de informação que possuem um conteúdo significativo, principalmente, quando são ou foram utilizadas para a construção da democracia, para denúncias de torturas, desaparecimentos ou violação de direitos civis. Esse espaço de memória adquire, com o tempo, uma visibilidade para aqueles que não viveram nem presenciaram a ditadura (por exemplo), logo, os documentos podem ser interpretados como contadores da verdade. Conclui-se que os arquivos possuem uma estrutura que “[...] se dispõe para a reativação, resignificação e negociação de várias formas de memórias sociais. Nessa ativação-negociação, reside seu poder cultural e político, na medida em que possibilita a expressão de novas práticas e ações cidadãs” (Catela, 2002, 69, tradução nossa).

Percebe-se que são nesses espaços de memória – MJDH – que a possibilidade de luta, de entendimento de que o passado possa ser compreendido, assim como um espaço de recursos para a justiça, pois são nesses lugares que se encontram testemunhos, processos, documentos que relatam acontecimentos de violação de direitos humanos. Portanto, entende-se que o arquivo é um lugar que viabiliza memórias diversas, na medida em que são espaços onde os documentos estão armazenados e onde os pesquisadores (usuários) têm o poder de transformar esses espaços em memórias.

### 3 O Movimento de Justiça e Direitos Humanos (Porto Alegre, RS)

Após essa discussão sobre memória, identidade e arquivos sendo o MJDH contextualizado como um espaço de memória e guardião do passado, é preciso trazer uma breve história sobre o MJDH, assim como alguns casos em que atuou.

Na década de 1970, com a integração das ditaduras do Cone Sul que teve como alvo principal os movimentos populares de resistência, os sindicatos e os partidos políticos de oposição ao regime, iniciou-se um acordo clandestino de cooperação entre os aparelhos de repressão do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai, criaram a “Operação Condor”.

Como foi dito anteriormente, o MJDH foi fundado oficialmente em 1979 (MJDH, 1980) por um grupo de advogados em Porto Alegre. Com o fim do AI-5 em março de 1979, esse mesmo grupo que lutava pelos direitos de liberdade de expressão, pela libertação de presos e contra a atuação ilegal de policiais – com a liderança de Jair Krischke, Celso Franco Geiger e o Padre Albano Trinks – resolve fundar oficialmente o Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

O MJDH junto com outras entidades e movimentos sociais do Brasil e da América Latina, começou a organizar campanhas como a da Anistia, pela libertação dos últimos presos políticos brasileiros e pelas Diretas Já.

Além disso, não é apenas o pioneiro na luta pelos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, mas também é o propulsor de diversas outras entidades afins. Como a ação dos advogados militantes do MJDH ao terem a ideia de implantação da Comissão Sobral Pinto de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio Grande do Sul.

Além de criar parcerias com associações de jornalistas e a Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo, tendo como resultado dessa sociedade o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, que acontece anualmente desde 1984, premiando notícias de valor notório através de um Prêmio que tem como enfoque valorizar a matéria do jornalista, sem lhe incumbir um valor financeiro.

Ainda teve participação massiva no auxílio às Mães da Praça de Maio (Figura 1), também conhecidas internacionalmente como *Locas de la Plaza de Mayo*, que lutaram para que conseguissem uma audiência com o Papa João Paulo II no ano de 1980. Depois de terem estado em Roma e em Puebla, e não tendo logrado êxito em suas tentativas de encontrar-se com o Pontífice, não desistiram e decidiram vir a Porto Alegre. Por intermediação de Jair Krischke (presidente e conselheiro do MJDH), do então deputado Antenor Ferrari, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, e do Bispo Dom António Cheuiche, foi conseguida uma entrevista com o Papa.

Finalizando, “o MJDH tem disponibilizado seus arquivos, com documentos de toda América Latina, tanto para pesquisadores como para organismos dos governos nacionais que se comprometem com a recuperação a memória [...]” (Viola e Pires, 2013, 338). Pois essa documentação presente no acervo do MJDH pode atuar como recurso para investigação judicial e testemunhal sobre as violações de direitos humanos.

### 4 Análise e resultados da pesquisa

Após essa contextualização dos temas abordados pela pesquisa, assim como dos possíveis conteúdos informacionais que estão no acervo do MJDH e que podem servir para pesquisas futuras em diversas áreas do conhecimento, será abordada nesta seção a metodologia empregada para coleta e análise dos dados.

Portanto, a presente pesquisa é do tipo exploratória e de cunho qualitativo, tendo como abordagem o levantamento bibliográfico e documental. Por pesquisa exploratória, entende-se que a metodologia envolverá “o procedimento de levantamento da bibliografia e os documentos referentes ao problema em questão. Pesquisas desse tipo podem servir de base para subsequentes pesquisas experimentais [...]” (Motta-Roth e Hendges, 2010, 119).



**Figura 1.** Recorte de jornal sobre atuação das “Mães da Praça de Maio”.  
Fonte: *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 23 de abril de 1982, p.19. Acervo do MJDH.

Primeiramente, para a realização do presente estudo foi realizado um levantamento bibliográfico, o qual se encontra na sessão “Movimentos sociais e seus acervos como espaços de memória e testemunho”, a partir desse levantamento definiram-se alguns conceitos a serem trabalhados para melhor fundamentação da pesquisa e que serviram de base para a construção da mesma. Em seguida foram identificados os documentos necessários para o aporte do corpus da pesquisa, sendo então encontrado o quadro de arranjo do MJDH como elemento chave para a próxima etapa da pesquisa. Com a identificação do quadro de arranjo, partiu-se para a análise do mesmo com o intuito de compreender as ações do MJDH e suas atividades até então desempenhadas. A partir dessa análise e compreensão, pode-se traçar a trajetória da instituição. Em seguida a análise, foi possível estabelecer alguns critérios de análise de conteúdo para a construção da memória e identidade a partir da trajetória da instituição. Por análise de conteúdo entende-se, segundo Bardin *apud* Cavalcante (2014):

“Para Bardin (2007) a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Desta forma, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos” (Cavalcante, 2014, 14).

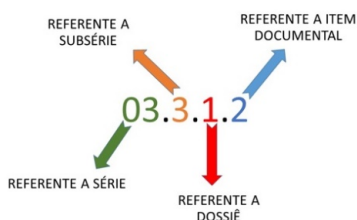
Desse modo, a análise de conteúdo permite, sistematicamente, descrever um conteúdo, que neste caso foram os que emanavam do quadro de arranjo do MJDH. Um dos resultados da organização realizada em 2009 na instituição foi a construção de um Quadro de Arranjo. O quadro de arranjo do MJDH está assim estruturado hierarquicamente: Fundo; Série; Subsérie; Dossiê; Item documental.

Para a teoria arquivística a organização e classificação de arquivos fundamenta-se em princípios: 1) o princípio da proveniência 2) o princípio da ordem original, ambos norteiam toda organização no âmbito dos arquivos. Porém, não existe um modelo padrão ou código de classificação parame-trizado. O quadro de arranjo deve refletir o órgão que produziu os documentos em sua relação contextual. Essa condição dá a classificação arquivística um trunfo e um problema. Um trunfo por-

que o arquivista tem liberdade de acordo com a pesquisa e diagnóstico do órgão produtor de definir as classes e subclasses. Já o problema é causado justamente por isso, a classificação em alguns casos torna-se subjetiva e um simulacro do que se propunha.

Apesar disso, é necessário ponderar que a organização contextual é o único caminho seguro para se pesar os arquivos, na medida em que eles são reflexos da administração que os produziu.

Portanto, o fundo é o nome dado ao conjunto orgânico de documentos que foram produzidos e/ou acumulados pelo MJDH desde sua fundação. No quadro de arranjo do MJDH o fundo é chamado de Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Após o fundo, vêm as séries, subséries, dossiês e itens documentais, cada um deles possui um código sequencial, que no caso do MJDH foi utilizado o código numérico. O MJDH não é uma instituição típica e, justamente por isso, seu quadro de arranjo visou evidenciar essa realidade. Por exemplo, não se constituem seções ou subseções justamente pela realidade dos agrupamentos documentais, em relação a sua notação o código remete ao endereço físico (na estante) do dossiê ou do item documental, conforme pode ser melhor visualizado com a Figura 2 abaixo.



**Figura 2.** Ilustração do código numérico e sua relação com a estrutura do quadro de arranjo.  
 Fonte: dados da pesquisa, 2017.

É importante salientar, a título de informação, que o quadro de arranjo do MJDH é passível de acréscimos de séries, subséries e dossiês. Até hoje o mesmo sofre alterações com acréscimos ou reagrupamentos, por isso, até a coleta dos dados, o quadro de arranjo se configurava da maneira que será discutida nesta seção.

O quadro de arranjo (Quadro 1) do MJDH possui oito séries e 38 subséries. Essas serão a base para a construção da trajetória do MJDH. Não há necessidade de colocar os dossiês neste momento, pois não são pertinentes ao objeto deste artigo.

Após analisar o quadro, percebeu-se que há quatro séries que são fundamentais para a construção da trajetória do MJDH, são a segunda, terceira, quarta e quinta, não desmerecendo as demais, pois todas são importantes, mas essas quatro são o miolo do quadro e dão vida e impulsionam as atividades do Movimento, ou seja, refletem exatamente a proposta de um arquivo. Mesmo assim, todas as séries serão abordadas nesta seção.

A primeira série do quadro diz respeito à administração e organização do MJDH, portanto contém documentos relacionados à constituição do Movimento com relatórios, atas de reuniões, estatutos e regulamentos, etc.; gestão administrativa, financeira e contábil, com eleições, relatórios de atividades, boletins informativos, agendas, contribuições dos conselheiros, contratos dos imóveis, declaração o imposto de renda, etc.; recursos humanos com os registros de emprego e; política institucional com homenagens, premiações e manifestações do MJDH.

A segunda série, a que contém o maior número de subséries e também a maior em tamanho devido aos assuntos que aborda, corresponde à Promoção e Intervenção na defesa dos Direitos Humanos. É a que reflete em todos sentidos o coração do Movimento, ou seja, a luta pelos direitos



<b>FUNDO MJDH</b>	
<b>SÉRIE</b>	<b>SUBSÉRIE</b>
<b>01</b> Administração e Organização do MJDH	<b>01.1</b> documentação constitutiva; <b>01.2</b> gestão administrativa; <b>01.3</b> gestão financeira/contábil; <b>01.4</b> recursos humanos e; <b>01.5</b> política institucional
<b>02</b> Promoção e intervenção na defesa dos Direitos Humanos	<b>02.1</b> segurança pública; <b>02.2</b> setor público e privado; <b>02.3</b> crianças e adolescentes; <b>02.4</b> discriminação social; <b>02.5</b> condições de trabalho; <b>02.6</b> ações de intercâmbio e cooperação; <b>02.7</b> conflitos de “posse”; <b>02.8</b> meio ambiente; <b>02.9</b> violação de direitos humanos no exterior; <b>02.10</b> educação; <b>02.11</b> direitos humanos em geral e; <b>02.12</b> processos judiciais.
<b>03</b> Terrorismo de Estado no período da Ditadura – Cone Sul	<b>03.1</b> repressão/prisão/tortura; <b>03.2</b> sequestro – morte e desaparecimento de pessoas; <b>03.3</b> depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH; <b>03.4</b> correspondência de vítimas e familiares ao MJDH; <b>03.5</b> operação condor; <b>03.6</b> intercâmbio/colaboração/participação com organizações sociais; <b>03.7</b> exílio e refúgio
<b>04</b> Processo de redemocratização no Cone Sul	<b>04.1</b> distensão política no Brasil; <b>04.2</b> repressão e violência; <b>04.3</b> anistia; <b>04.4</b> transição democrática; <b>04.5</b> abertura dos arquivos; <b>04.6</b> memórias/manifestos/entrevistas e análises e; <b>04.7</b> reparação e indenização de vítimas
<b>05</b> Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo	<b>05.1</b> trabalhos premiados e <b>05.2</b> trabalhos apresentados não premiados
<b>06</b> Recortes de jornais	<b>06.1</b> Administração e organização do MJDH; <b>06.2</b> Promoção e intervenção na defesa dos direitos humanos; <b>06.3</b> Terrorismo de Estado no período da ditadura – Cone Sul; <b>06.4</b> Processo de Redemocratização e; <b>06.5</b> Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo
<b>07</b> Estudos e publicações	-----
<b>08</b> Acervo fotográfico e audiovisual	-----

**Tabela 1.** *Resumo do Quadro de Arranjo do MJDH – séries e subséries.*

*Fonte: dados da pesquisa, 2017.*

humanos. Por isso, contém documentos relacionados à segurança pública, ao setor público e privado, sobre crianças e adolescentes (casos de sequestros), discriminação social (gênero, indígena, nazismo, neonazismo, racismo, xenofobia, separatismo, etc.), condições de trabalho, ações de intercâmbio e cooperação, conflitos de posse de terras, meio ambiente, violação aos direitos humanos no exterior, educação e processos judiciais.

A terceira série chamada de Terrorismo de Estado no período da Ditadura – Cone Sul é onde se encontram os documentos mais antigos do movimento. Não possui tantas subséries como a série anterior, mas possui documentos de valores muito significativos (históricos, pessoais, testemunhais e jurídicos). Essa série traz consigo documentos que se referem a ditadura civil-militar, logo é comum encontrar dossiês que abordam sobre pessoas desaparecidas ou mortas durante o regime, assim

como documentos que tratam da colaboração com outras organizações sociais. Essa série é a que mais suscita indagação, a considerar os vários trabalhos acadêmicos que já rendeu. Encontram-se nessa série dossiês relacionados à repressão, prisão e tortura; sequestro, morte e desaparecimento de pessoas; depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH; correspondência de vítimas e familiares ao MJDH; Operação Condor; intercâmbio, colaboração e participação com organizações sociais; exílio e refúgio.

Percebe-se o quão envolvente é o MJDH nessa temática, atuando tanto no Brasil como no exterior. Além disso, essa documentação é rica em informações que podem contribuir em reconstrução de ideias, processos judiciais, até mesmo em memórias e, o mais importante, evitar que esse período seja esquecido. Essa função corrobora com a ideia de que o MJDH é um espaço de memória e deve ser preservado como tal.

A quarta série corresponde ao Processo de redemocratização no Cone Sul. Fazem parte dessa série os seguintes dossiês: distensão no Brasil; repressão e violência; anistia; transição democrática; abertura dos arquivos; memórias, manifestos, entrevistas e análises; reparação e indenização de vítimas.

A quinta série é chamada de Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, possui como subséries trabalhos premiados e trabalhos apresentados não premiados. O Prêmio foi criado dezembro de 1984 e a premiação, geralmente, ocorre no dia da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de dezembro) pela Organização das Nações Unidas (ONU). São escolhidos os três melhores trabalhos sobre o tema direitos humanos nas categorias: reportagem (jornal impresso), fotografia, charge, rádio, televisão, imagem em televisão, crônica, jornalismo on-line, acadêmico e premiação/reportagem especial que tem como foco uma personalidade ou acontecimento de relevância.

O Prêmio não tem como objetivo a premiação financeira. Ao primeiro lugar é entregue um troféu e ao segundo e terceiro lugares é entregue um diploma. O fato de a premiação não ser em dinheiro evidencia sua carga simbólica e o torna diferenciado dos demais prêmios jornalísticos nacionais, pois o ganhador leva o prêmio pelo prestígio e relevância da matéria. O Prêmio possui duas parcerias, a AOB e a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado (ARFOC/RS). A solenidade do Prêmio sempre acontece no auditório da OAB em Porto Alegre.

A sexta série corresponde aos Recortes de Jornais e possui como subséries os nomes das séries anteriores: administração e organização do MJDH, promoção e intervenção na defesa dos direitos humanos, terrorismo de estado no período da ditadura – Cone Sul, processo de redemocratização e Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Essa Série ainda se encontra em processo de organização e ordenação devido à grande quantidade dos recortes de jornais. Porém, como o projeto coordenado pelo prof. Jorge Vivar foi encerrado em meados de 2013 e não houve continuação nem outro projeto para dar continuidade às atividades, a situação dessa série continua inalterada desde então.

As duas últimas séries, Estudos e publicações e Acervo fotográfico e audiovisual, não possuem subséries. A primeira é referente a trabalhos acadêmicos, artigos e publicações (livros) sobre o MJDH. A última está relacionada a imagens, áudios e filmes do MJDH, geralmente, fruto de reuniões administrativas, comemorações, entre outras.

## 5 Considerações Finais

A partir da descrição do quadro de arranjo feita acima, pode-se identificar a possibilidade de construção da memória pelos elementos que são ativados por indivíduos ou fatos que se relacionam. Pode-se ainda dizer que a identidade é uma consequência desse trabalho de memória, considerando a relação estreita entre elas, já que a memória viabiliza coerência da construção da identidade de um grupo social ou somente da pessoa.

Corroborando com a ideia de memória, pela descrição do quadro de arranjo do MJDH pode-se ver que o Movimento é um espaço de memória devido ao conteúdo informacional e de prova que o seu acervo representa.

Ao enfrentar o passado tem-se como consequências algumas recordações dolorosas, podendo ativar memórias que estavam adormecidas. Mas o mais importante é a possibilidade de pensar sobre a eficácia e o valor dos documentos (representados pelos arquivos) em nossa sociedade.

Portanto, reconhecer esse acervo como um espaço da memória de resistência da violação aos direitos humanos permite mostrar que os arquivos são parte da memória viva de uma sociedade, pois é neles que se encontra a informação para a construção da memória e da identidade de um grupo ou de uma pessoa, já que esse acervo reflete o caráter de testemunho de que aqueles fatos ocorreram e, infelizmente, ainda acontecem nos mais diversos níveis da sociedade contemporânea.

## Referências

- Arquivo Nacional (2005). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- Bellotto H. L. (2006). *Arquivos permanentes: tratamento documental*, 4. ed., Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Catela L. S. (2002). « Territorios de memoria política ». In Catela L. S., Jelin, L. (dir.), *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*, Madrid, Siglo Veintiuno de España editores, p. 15-84.
- Cavalcante R. B. (2014). « Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método ». In *Informação e Sociedade: Estudos*, vol. 24, n° 1, p. 13-18.
- Gohn M. d. G. (2015). « Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas ». In Gohn M. G. (dir.), *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*, Rio de Janeiro, Editora Vozes, p. 8-20.
- Huyssen A. (2014). *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- Jelin E. (2002). « Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión ». In Catela L. S., Jelin E. (dir.), *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*, Madrid, Siglo Veintiuno de España editores, p. 1-14.
- MJDH, Movimento de Justiça e Direitos Humanos (1980). *Relatório Anual 1980*, Porto Alegre, RS.
- Pollak M. (1992). « Memória e identidade social ». In *Revista Estudos Históricos*, vol. 5, n° 10, p. 200-212.
- Motta-Roth D., Hengdes G. R. (2010). *Produção textual na universidade*, São Paulo, Parábola Editorial.
- Schindel E. (2009). « Incribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano ». In *Revista Política y Cultura*, vol. 31, p. 65-87.
- Viola S. E. A., Pires T. V. (2013). « Movimento de Justiça e Direitos Humanos e reorganização da sociedade civil ». In *Revista Sociedade e Cultura*, vol. 16, n° 2, p. 329-339.